



A RÁDIO CULTURA E PAULO FREIRE NO MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE EM SERGIPE (1959 – 1964)

Eixo 06 - Educação e Comunicação em Paulo Freire

Bianca Sthephanny Martins Gomes¹
Cristiano Ferronato²

RESUMO

Essa investigação possui como principal objetivo compreender como as ideias de Paulo Freire estavam entrelaçadas com as ações de politização do Movimento de Educação de Base através da Rádio Cultura de Sergipe. Por volta de 1959, Sergipe contava com uma população média de 70% de analfabetos. O Movimento de Educação, criado por Dom José Vicente Távora, começou a atuar no Nordeste, Norte e algumas regiões do Centro-Oeste, a partir de 1961 como princípio de alfabetizar a população de jovens e adultos dessas localidades e utilizando como base a experiência do Sistema Rádio-Educativo de Sergipe (SIRESE). Com isso, é possível afirmar que o Movimento teve duas fases: a primeira em 1961 quando seu principal objetivo era alfabetizar a população de jovens e adultos e a partir de 1963 quando as ideias de Paulo Freire foram integradas ao material chamado *Viver é Lutar*, focando na politização dos alunos. Com o Golpe Militar de 1964, o material de alfabetização foi apreendido pela polícia com a alegação de serem “cartilhas comunistas”, ao mesmo tempo em que diversos membros do Movimento eram perseguidos e apreendidos.

PALAVRAS-CHAVE: Alfabetização. História da Educação. *Viver é Lutar*.

ABSTRACT

This research has as its main aim to understand how Paulo Freire's ideas were connected with the politicization of the Movement of Basic Education (MEB) through Culture Radio of Sergipe. Around 1959, about 70% of Sergipe's population was illiterate. The Movement of Basic Education, created by Dom José Vicente Távora, started its action on the Northeast, North and some regions on the Midwest in 1961 with the goal of literate adolescents and adults of these places using the experience of Sistema Rádio-Educativo de Sergipe (SIRESE). Furthermore, it is possible to confirm that the Movement had two phases: the first one in 1961 when its main goal was to only literate young and adults and from around 1963 whereas Paulo Freire's ideas were integrated to the material called *To Live is to Fight*, focusing on the students politicization. When the Military Coup happened in 1964, the material was apprehended by the police which they alleged of being “communist”, at the same time members of the Movement were pursued and arrested.

KEYWORDS: Literacy. History of Education. *To Live is to Fight*.

¹ Universidade Tiradentes-UNIT; Mestranda PROCAPS/UNIT em Educação; Grupo de Pesquisa História da Educação no Nordeste (GPHEN); email: b.martinsgomes@gmail.com

² Instituto de Tecnologia e Pesquisa (ITP); Doutor em Educação; Grupo de Pesquisa História da Educação no Nordeste (GPHEN); email: cristianofermato@gmail.com



1 Introdução

O rádio no Brasil como ferramenta pedagógica e com o objetivo de alfabetização das massas prezou pela valorização da cultura brasileira, com propósito de ampliação do sentimento de nacionalismo. Por meio dos programas educativos e informativos, músicas e teatro na rádio, a cultura brasileira era abordada para criar a sensação de pertencimento.

Nesse sentido como afirma Santos, “O rádio traz uma proposta diferente: a transmissão de um emissor para muitos receptores, irradiando a informação para pontos diferentes ao mesmo tempo.” (2016, p. 32), facilitando o acesso da população a este meio de comunicação e por ser, principalmente, um produto de baixo custo.

Uma das mais marcantes ações no sentido de utilização da rádio como instrumento pedagógico foi a criação da Rádio Sociedade, sendo primeira emissora do Brasil, criada em 20 de abril de 1923 na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, que tinha como propósito ser um veículo de comunicação eminentemente educativo, cultural e artístico. Foi a semente do rádio educativo e possibilitou a difusão do conhecimento ao utilizar a mais alta tecnologia existente na época – a radiodifusão –, meio de comunicação capaz de levar aos confins do Brasil notícias, informações, reflexões e entretenimento para a população.

Já que as rádios não conseguiriam se sustentar apenas por assinaturas e contribuições dos ouvintes, acabou por aderir à publicidade e, conseqüentemente, se tornou um veículo popular, já que os patrocinadores tinham em vista alcançar o maior público possível. De acordo com Santos (2016), foi por meio do Decreto nº 21.111 de 1º de março de 1932 que a utilização de publicidade em rádios foi permitida, além de estabelecer o uso dos mesmos para fins educativos. Dessa forma, o rádio passou a ser visto como ferramenta pedagógica, para além do entretenimento.

Foi durante a chamada Era Vargas (1930-1946) que o rádio começou a ser percebido como um veículo das massas. Nesta fase que o rádio começou a ser utilizado como um instrumento para aproximar o presidente e o povo, visto que se precisava apenas de um receptor para conectar pessoas nas mais distantes localidades do Brasil.

De acordo com Santos (2016), o rádio é um objeto de fácil acesso por não precisar de grandes práticas ou até mesmo decodificação, podendo ser ouvido a



qualquer hora e em qualquer lugar, bastando apenas que o ouvinte sintonize na rádio que deseja ouvir, “assim, o rádio é um veículo massificador da informação” (p. 43).

Isso se deve ao fato de que o rádio, devido ao seu modo de transmissão, era um dos meios de comunicação que chegava a todo o país. Mesmo nos dias atuais o rádio ainda está presente mais que a televisão nos lares do país.

Partindo desta premissa de estar mais próximo da população que o Governo Vargas criou em 22 de julho de 1935 um programa oficial de rádio com o objetivo de transmitir notícias e planos do governo, nascia assim “A Hora do Brasil”.

A partir de 1939 a "Hora do Brasil" passou a ser feita pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que tomou o lugar do Departamento Nacional de Propaganda (DNP). Entre as finalidades do programa estava a de cumprir algumas finalidades como: informativa, cultural e cívica. Além de informar detalhadamente sobre os atos do presidente da República e as realizações do Estado, o programa incluía uma programação cultural que pretendia incentivar o gosto pela "boa música" através da audição de autores considerados célebres. Uma das atividades era divulgar a música brasileira que era muito privilegiada, já que 70% do acervo eram de compositores nacionais. No que se refere à parte cívica, esta era composta de "recordações do passado", em que se exaltavam os feitos da nacionalidade.

Em Sergipe, a Rádio Difusora AM foi criada em 1939, sendo a primeira do Estado, por meio do Decreto nº 171, que também decretava a criação do Departamento de Divulgação do Estado de Sergipe ligado ao DIP.

Em 07/09/1953, a Rádio Liberdade AM foi criada com o objetivo de cobrir um evento que contava com a participação de Leandro Maciel (UDN), essa rádio era privada e se destacou por fazer transmissões ao vivo. Em 1958 foi criada a Rádio Jornal AM, tendo apoio do presidente Juscelino Kubistchek e servindo como forma de campanha política para o então candidato ao governo, José Rollemberg Leite.

Assim, a Rádio Cultura foi a quarta a ser criada no Estado em 21 de novembro de 1959. Fundada por Dom José Vicente Távora, bispo de Aracaju, com o principal objetivo de promover as Reformas de Base através das Escolas Radiofônicas. O seu ideal era “educar e evangelizar”, levando a palavra de Deus e educação para o povo na capital e em todo Estado.



A Rádio Cultura foi criada durante o governo de Leandro Maciel (UDN), que oscilava entre o conservadorismo e a modernização social já que ele “amoldou-se ao capitalismo, adotando um liberalismo moderado, distanciando-se tanto das práticas entreguistas quanto do combate fanático ao comunismo” (DANTAS, 2004, p. 134). Essa era a mesma linha ideológica seguida por D. Távora, ao mesmo tempo em que via no MEB uma forma de conscientizar as pessoas sobre seus direitos e deveres numa sociedade, ao mesmo tempo via na educação o meio de combate ao comunismo.

A Rádio Cultura possuía ZYM-22, com 10Kws na antena, além de toda estrutura necessária para compor as Escolas Radiofônicas, são eles:

- “a) uma rádio-transmissora: que funcionaria em Aracaju e transmitiria as aulas aos locais onde existissem Escolas;
- b) rádios-receptores: aparelhos de rádio cativo instalados em todos os locais onde funcionariam as Escolas. Estes rádios recebiam as mensagens radiofônicas desencadeadoras das aulas direta e exclusivamente do rádio-emissor;
- c) um centro executivo: local destinado à organização e produção de todo o material didático-pedagógico utilizado nas aulas. Seus funcionários permanentes eram as supervisoras e o pessoal de apoio. Cabia às primeiras a organização, o funcionamento e a supervisão das Escolas. Perfaziam um total de 14 (quartoze) *profissionais habilitados em profissões distintas, porém correlatadas*, estando assim representadas:
 - 4 Assistentes Sociais, com curso na Escola de Serviço Social;
 - 6 Professoras Secundárias, com curso na Faculdade de Filosofia;
 - 2 Professoras Primárias, com curso Pedagógico;
 - 2 Auxiliares, com curso de Contabilidade.
- d) um centro de treinamento: prédio destinado ao treinamento de monitores e de pessoal de técnico, dotado de refeitório, alojamento, salas de aula e de projeção, e etc;
- e) monitoras: atuavam como verdadeiras professoras do Programa, pois além de se responsabilizarem pelo funcionamento da Escola em seus municípios e povoados, depois das transmissões se encarregavam de “provocar” discussões e esclarecer dúvidas.” (BARROS, 2012, p. 80-81).

No período inicial do MEB, foram utilizadas as estruturas do Sistema de Rádio-Educativo de Sergipe (SIRESE), adaptando o que fosse necessário para receber o Movimento.

O período do final da década de 1950 e início de 1960 foram marcados pela efervescência em todos os âmbitos da sociedade. Na política, Juscelino Kubistchek deixou a presidência após promover o *boom* econômico que buscava a modernização e



industrialização brasileira. Contudo, esse evento foi responsável pelos disparos na inflação brasileira e aumento das dívidas externas.

Por isso, de acordo com Dantas (2004), a ideologia do nacionalismo voltou a ter forças e relação no desenvolvimento brasileiro, onde passou a se valorizar o que era da terra, bem como o crescimento da ideia de “anti-nação”, relacionada ao imperialismo e associada com a dependência nacional daqueles que o massificavam.

Além disso, o Brasil possuía altos níveis de analfabetismo. De acordo com o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com base em Teixeira (2008, p. 34), a taxa de populacional brasileira em 1950 era de 30.188, da qual 15.272 pessoas eram analfabetas, metade da população era analfabeta.

Devido ao analfabetismo de mais da metade da população brasileira e da instabilidade política que passava o Brasil e Sergipe com intensos debates políticos e ideológicos, principalmente com a discussão da reforma Agrária e do subdesenvolvimento brasileiro, a população buscou maior participação política. Outra causa que traz a efervescência social é a participação do povo em busca de melhorias, onde, de acordo com Figueredo (2020), “a criação dos movimentos populares que pressionam e propõem ao poder estatal e municipal atender às demandas sociais como a democratização do ensino público, a melhoria na saúde pública, entre outros elementos” (p. 49).

Ganhando aliados, a temática da alfabetização de jovens e adultos passa a receber atenção, da qual o presidente Jânio Quadros facilita as negociações entre Governo e Igreja, quando decidem dar procedimento ao projeto do MEB. Adriano (2012) afirma que a parceria do Estado com a CNBB estava associada com a ideia de ampliação do populismo político, bem como a ampliação da quantidade de eleitores. Dessa forma era visado atender a pressão da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) na questão do analfabetismo que o Brasil sofria, já que esse era um fator considerado de subdesenvolvimento do país.

Percebe-se o interesse da Igreja ao participar das Reformas de Base como fonte de alteração da realidade brasileira e ampliação de alfabetizados, bem como, através do rádio, conseguir disseminar as ideologias e ampliar seu contingente de emissoras católicas.



O mesmo pode-se afirmar do Estado e seu interesse nos movimentos de Reforma de Base, já que se via essa participação como estratégia populista, visando o objetivo de ampliar a base eleitoral brasileira, além de atender aos apelos da UNESCO em relação ao avanço da educação, “dos educadores nacionais sobre a educação de adultos; na busca de restrição do poder político das oligarquias rurais e controle ideológico e organizacional das massas rurais visadas, na época, pelos grupos de esquerda.” (ADRIANO, 2012, p. 78).

Apesar do curto mandato, foi nesse período que os programas de alfabetização passaram a receber determinada atenção do governo como uma forma rápida de ampliar a base eleitoral por meio de uma educação de massa. Além disso, a educação passou a ser vista como uma solução pacífica para os problemas que vinham sendo enfrentados na época e demandavam soluções, como os altos níveis de alienação. Bem como, gerar mão de obra suficiente para as novas necessidades da modernização mundial e brasileira.

Com a renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961, abriu-se uma crise política no Brasil, já que os militares vetaram o nome de João Goulart para a presidência enquanto esse estava em viagem a China a mando de Quadros. Foi Ranieri Mazzilli, presidente do Congresso, quem assumiu a presidência provisória, causando um rebuliço no Brasil, onde as mídias e a população clamavam pelo cumprimento da Constituição.

Durante os dias de governo provisório, o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola promoveu a “Cadeia da Legalidade” que promoveu no Brasil diversas manifestações a favor da posse de Jango. A Cadeia também teve reflexos em Sergipe. De acordo com Dantas (2004), a União Estadual dos Estudantes de Sergipe (UEES) lançou um manifesto exigindo que pronunciassem a respeito da violação da Constituição e promovendo greves; o comércio, escolas e bancos fecharam como forma de protesto; houve reunião entre governador Luiz Garcia, o arcebispo D. Távora, o presidente da Assembleia Legislativa e líderes partidários, onde emitiram uma nota alegando a união de Sergipe pela legalidade. A nota foi publicada no jornal A Cruzada no dia 02 de setembro de 1961 como é possível observar abaixo.



**Sergipe Unido Pela Legalidade:
À Nação Brasileira**

O Estado de Sergipe, por seu Governador, Arcebispo Metropolitano, Presidente da Assembleia Legislativa e Líderes das diversas correntes político-partidárias, reunidos no Palácio do Governo, dirige-se ao Senhor Presidente da República, em exercício, ao Congresso Nacional, às Forças Armadas e aos Governadores dos Estados, lançando-lhes veemente apêlo para que, o mais breve possível, encontrem uma solução para a atual crise política brasileira.

Todos esperamos seja respeitada a Constituição, levando-se em conta a vocação democrática e as tradições cristãs do povo brasileiro, a fim de que continuem a reinar a paz e a tranquilidade nos lares de nossa Pátria.

Nesta hora, de tantas e tão graves apreensões sentimos que é do nosso dever expressar confiança no bom senso dos homens públicos, civis e militares, tendo em mira, acima de tudo, a necessidade da preservação do regime, para que não nos falem nunca as franquias democráticas.

Aracaju, 31 de Agosto de 1961.
LUIZ GARCIA, Governador do Estado — DOM JOSÉ VICENTE TÁVORA, Arcebispo Metropolitano — WOLNEY LEAL DE MELO, Presidente da Assembleia Legislativa — JOÃO MOREIRA FILHO, Líder da UDN — PEDRO BARRETO DE ANDRADE, Líder do PSD — VIANA DE ASSIS, Líder do PR — DURVAL MILITÃO DE ARAÚJO, Líder da PTB — CANDIDO DORTAS.

Fonte: jornal A Cruzada, edição de 02 set de 1961.

Toda a edição do dia 02 de setembro de 1961 de A Cruzada foi voltada ao manifesto pelo cumprimento da democracia, além de noticiar a chegada de João Goulart ao Brasil na noite anterior à publicação. Outra notícia importante contida nesse dia, é a nota de protesto emitida pelo próprio jornal sobre a ocupação e fechamento da Rádio Cultura comandada pelo Coronel Lopes Bragança, Comandante do 28º BC, como vemos na próxima imagem.



Ultima Hora NOTA DE PROTESTO

Esta edição já estava no prelo, quando fomos informados de que ontem, às 23 hs.,

a Rádio Cultura de Sergipe foi tirada do ar e ocupada militarmente pelo Exército, por ordem do Coronel Lopes Bragança, Comandante do 29 BC. O mesmo Coronel mandou chamar ao Quartel na mesma ocasião, o diretor artístico e chefe de locutores da Cultura, respectivamente Alencar Filho e Sodrê Junior, e os manteve detidos até o início da manhã de hoje.

O motivo destes atos foi que a Cultura noticiou textualmente o seguinte, às 22 hs. de sexta-feira: «O Vice-Presidente João Goulart acaba de tomar posse no cargo de Presi-

dente da República, no Palácio Piratini, em Porto Alegre».

Esta mesma notícia está sendo difundida livremente por las emissoras de São Paulo. Anteriormente, o Coronel Lopes Bragança havia proibido a continuação da leitura da mensagem do Arcebispo Dom José Vicente Távora, pela Rádio Cultura.

O Conselho Regional de «A Cruzada» vem protestar de público contra a arbitrariedade desta ordem injustificável, e contra a ocupação pela força da Rádio Cultura, e a absurda prisão de dois dos seus componentes.

A mensagem do Arcebispo e a atuação da Cultura nada têm de subversivo.

Os atos que as cercaram e que são violentos e arbitrários. O direito, mesmo quando não tem o apoio das armas, continua a ser o direito.

(ss) Mon. Luciano Duarte ; Manoel Cabral Machado ; José Silverio Leite Fontes ; Jorge de Oliveira Neto ; Paulo Almeida Machado e João Olyva Alves

CORRIGENDA

Na Seção «Gentes & Fatos» (2.ª pag.) leia-se o subtítulo **Discricção Governamental** ao invés de **Discriminação Governamental**.

Fonte: jornal A Cruzada, edição de 02 set de 1961.

Como dito, o motivo da ocupação militar na Rádio Cultura foi devido à anúncio da chegada de Jango - como era popularmente conhecido o presidente João Goulart - ao Brasil, acusado de subversão. Dessa forma, foram retirados os cristais de transmissores e foram detidos o diretor artístico, Alencar Filho, e o chefe de locutores, Sodrê Junior, sendo liberados na manhã posterior. O jornal "Gazeta de Sergipe", na edição do dia 03 de setembro de 1961 classificou o evento como censura e a Rádio Jornal também foi invadida pelos militares.

Assim, dia 08 de setembro de 1961, João Goulart tomou posse da presidência em Brasília no formato de parlamentarismo, tendo Tancredo Neves como Primeiro Ministro. Ainda foram formados protestos, pois o parlamentarismo ao qual Goulart estava condicionado feria a Constituição e era exigido o presidencialismo. O mesmo durou 17 meses, onde posteriormente houve um plebiscito que foi restaurado o presidencialismo em janeiro de 1963.

De acordo com Figueredo (2020), é nessa realidade que surgem dos movimentos de educação popular, onde visavam ações com relação ao subdesenvolvimento e analfabetismo brasileiro, bem como refletir em relações a ações



no campo educacional e cultural que pudessem engajar na mudança social, questionando o sistema ao qual estavam expostos.

Um dos principais objetivos dos movimentos educacionais foi o de questionar e lutar contra o subdesenvolvimento brasileiro, alfabetizando pessoas e os conscientizando para juntos participarem.

Dessa forma, o marco temporal escolhido foi o de 1959, que foi quando a Rádio Cultura foi criada por D. Távora e 1964 por ter sido o ano que se deu o Golpe Militar e interrompeu, mesmo que parcialmente, as atividades do MEB em Sergipe.

Diante desse contexto, a constituição deste artigo foi mobilizada pela seguinte problemática: como as ideias de Paulo Freire estavam ligadas à Rádio Cultura e o Movimento de Educação de Base?

2 Paulo Freire e o MEB

Pode-se afirmar que o Movimento de Educação de Base teve duas fases: a primeira logo após sua criação em 1961, da qual utilizavam os materiais fornecidos pelo Ministério de Educação e Saúde, mas que não tinham muita relação com o cotidiano dos anos e poderia ser relacionado com o que Freire (1992) denominou de Educação Bancária; e segunda fase marcada pelo I Encontro de Coordenadores do MEB, onde passou a serem utilizados os princípios de conscientização e politização dos alunos.

Foi por meio desse evento que, de acordo com Barros (2014), a atividade pedagógica do MEB deixou de ser pautada no repasse de conteúdos para ser dedicada a conscientização e problematização social, “com isto, a educação de base buscava não só formar, mas, sobretudo, garantir, através desta formação, a transformação dos educandos em agentes comprometidos e promotores das transformações sociais.” (p. 132).

Para a construção de uma prática pedagógica conscientizadora é necessária a compreensão das dificuldades enfrentadas pelos alunos e famílias, para que se possa desenvolver a solução dos conflitos com base no diálogo (FREIRE, 1992).

Nas relações autoridade-liberdade é negada a importância da educação, rejeitando a democracia. Daí a necessidade de construção das pessoas como sujeitos



ativos de sua cultura, desenvolvendo ações que tenham significações para sua vida em comunidade. Assim como, a saída para autoridade dos sujeitos impostores e dogmáticos é por meio da curiosidade, perguntas que levam à tomada de consciência. A observação e compreensão do mundo têm relação com a tomada de consciência que leva a mudança do mundo.

A cultura popular desenvolvida através da educação pode ser compreendida como fonte de esperança para as comunidades que são atingidas por ela. A cultura popular é uma das formas observar o mundo ao seu redor, questioná-lo e problematizá-lo com o objetivo de buscar as melhorias necessárias para que seja construído um lugar melhor, rompendo com essa “cultura do silêncio”. (FREIRE, 1992).

A imaginação, a conjectura em torno do mundo diferente da opressão, tão necessários aos sujeitos históricos e transformadores da realidade para sua práxis, quanto necessários aos sujeitos históricos e transformadores da realidade para sua práxis, quanto necessariamente faz parte do trabalho humano que o operário tenha antes da cabeça o desenho, a “conjectura” do que vai fazer. Ai está uma das tarefas da educação democrática e popular, da *Pedagogia da Esperança* – a de possibilitar nas classes populares o desenvolvimento de sua linguagem, jamais pelo blábláblá autoritário e sectário dos “educadores”, de sua linguagem, que, emergindo da e voltando-se sobre sua realidade, perfil e as conjecturas, os desenhos, as antecipações do mundo novo. Está aqui uma das questões centrais da educação popular – a da linguagem como caminho de invenção da cidadania (FREIRE, 1992, p. 20).

A educação não muda o mundo, mas muda as pessoas, que, ao imaginar um mundo melhor, vão em luta de mudar sua realidade. Não existe ideia que seja utópica, o importante é transformar o cotidiano com as ferramentas que têm em mãos.

A educação do MEB era primeiramente classificada como uma educação que servia para a conscientização do povo. Porém ao seguir os preceitos de uma educação libertadora, passa a seguir a ideia de Freire em que é caracterizada como uma educação dos oprimidos para o oprimido ao qual problematizam a realidade por meio da dialogicidade.

Contudo, muitos foram contra, inclusive um dos bispos escreveu uma carta afirmando que todos os bispos que estavam participando do MEB de comunistas, assim



como também diversos membros pararam de auxiliar no movimento por não concordarem com o caminho que ele estava tomando. (MENESES, 2017).

Por conta dessa ruptura ideológica e política e o novo rumo que estava sendo tomado, viu-se a necessidade de construção de uma cartilha que abarcasse os novos objetivos do movimento e que fosse realmente relevante para a vida dos alunos, sendo esta a *Viver é Lutar*.

É nem todo esse processo que o Movimento de Educação de Base acaba assumindo uma postura de educação popular, “Diferentemente, a passagem da consciência transitivo-ingênua para a transitivo-crítica não se dá automaticamente, mas depende de um trabalho educativo voltado intencionalmente para esse objetivo” (SAVIANI, 2019, p. 324).

Nessa fase é que são ainda mais aprofundadas as ideias de Paulo Freire nos movimentos educacionais, onde busca romper a “cultura do silêncio”, dando voz aos alfabetizando e tornando-os ativos na cultura e mudança de mundo. Onde, eles podem reconhecer que é através das suas ideias e vontades podem ser elaboradas e exigidas pelos próprios educandos.

O conselho deixado por Freire (1992) para os educadores populares é a abordagem do conteúdo, que não pode ser feita por “repasse”, como na educação bancária, mas precisando levar em consideração o universo do alfabetizando. Sem neutralidade na prática, pois isso não existe. Não é preciso esconder dos alunos o que acontece no mundo, é preciso mostrar como os conteúdos estão relacionados com a vida social, cultural e política fora da escola.

Além disso, a educação popular é constituída por oprimidos, pois só o oprimido, ao tomar consciência de si e do mundo, tem o poder de libertar outros oprimidos. “Neste sentido, não há educação transformadora, dialógica e problematizadora sem a participação radical e efetiva desses sujeitos oprimidos em busca de constante libertação” (FIGUEREDO, 2020, p. 30). São esses processos que formados por meio da realidade e sociedade que libertam os oprimidos das práticas autoritárias.

Considerações Finais

Diante do que foi exposto anteriormente, podemos concluir que o Movimento



de Educação de Base atuou sob o método de alfabetização desenvolvido por Paulo Freire, sendo mais incisivo com a politização a partir de 1963 através da rádio. Em Sergipe, o MEB operou através da Rádio Cultura que foi criada em 1959 por Dom José Vicente Távora com o propósito de transmitir as aulas do MEB, bem como compartilhar com o público a cultura brasileira.

Em 1963, após a publicação do livro *Viver é Lutar* foi possível perceber os novos rumos do MEB. Passou-se a utilizar as palavras “retiradas” do contexto do alfabetizando, o conscientizando sobre seu cotidiano e instigando a esperança e necessidade de mudança.

Contudo, com o Golpe Militar de 1964, o MEB parou de receber recursos financeiros do Governo Federal, o que acarretou no sucateamento do movimento, bem como na saída de monitores e coordenadores, já que estes estavam trabalhando de graça e não tinham como gerar sustento para suas famílias.

Barros (2014) afirma que no dia 20 de fevereiro foram apreendidos, na gráfica, 3.000 exemplares da cartilha *Viver é Lutar*, por alegação do governador da Guanabara de que estas cartilhas eram comunistas. Assim, as sedes do MEB/Sergipe e da Rádio Cultura também sofreram com invasões.

Ao mesmo tempo em que ocorria o sucateamento do MEB, os voluntários passaram a sofrer com perseguições do Governo Militar, ocasionando na saída das pessoas que contribuíam para o sucesso Movimento.

Referências

BARROS, Francisca Argentina Gois. **Movimento de Educação de Base: o MEB em Sergipe (1961-1964)** / Francisca Argentina Gois Barros – São Cristóvão: Editora UFS, 2014. 300 p.

DANTAS, Ibarê, 1939 – **História de Sergipe: República (1889-2000)** / Ibarê Dantas. – Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004. ISBN 85-282-0126-0

FIGUEREDO, Acácio Nascimento. **FUNDAMENTOS HISTÓRICO EDUCACIONAIS DO MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE (MEB) E DO MOVIMENTO DE CULTURA POPULAR (MCP) EM SERGIPE, NO PERÍODO DE 1958 A 1964**. 2020. Tese (Doutorado) – Curso de Doutorado em Educação, Universidade Tiradentes, Aracaju, 2020.



FREIRE, Paulo, 1921 – Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido / Paulo Freire. – Notas: Ana Maria Araújo Freire. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

SANTOS, José Carlos. **“Eu cresço com o minerva e o Brasil cresce também”**. **O Projeto Minerva pela Radiobrás: a experiência em Sergipe Brasil (1970 / 1985) / JOSÉ CARLOS SANTOS**. – 2016. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, PUCRS.

TEIXEIRA, Wagner da Silva. **Educação em Tempos de Luta: história dos movimentos de educação e cultura popular (1958 - 1964)**. 2008. 229 f. Tese (Doutorado) - Curso de História Social, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008. Disponível em: https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2008_TEIXEIRA_Wagner_da_Silva-S.pdf. Acesso em: 02 maio 2020.